

C NTAS

DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2021

SEGURANÇA

NESTOR BAPTISTA
CONSELHEIRO RELATOR



SEGURANÇA PÚBLICA

Conselheiro Superintendente

Nestor Baptista

Inspetora

Luciane Maria Gonçalves Franco

Coordenador

Marcelo Evandro Johnsson

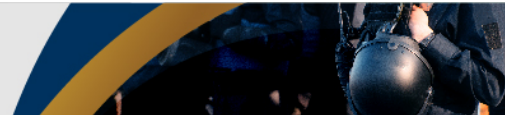
Equipe

Patrik Donizetti Rodrigues Silva

Paulo A. A. Brito

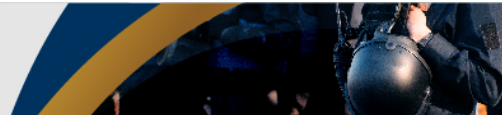
Martinez George





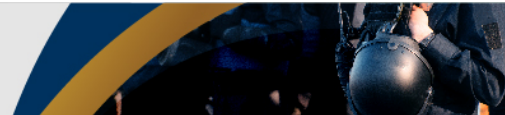
SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	3
1 INTRODUÇÃO	6
2 A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA	7
2.1 ESTRUTURA.....	7
2.2 ORGANOGRAMA	8
2.3 COMPETÊNCIAS.....	10
2.4 A POLÍCIA MILITAR.....	12
2.5 A POLÍCIA CIVIL	13
2.6 A POLÍCIA CIENTÍFICA	13
2.7 DEPEN	14
2.8 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16
2.9 METAS FÍSICAS	19
3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA.....	21
3.1 A POLÍTICA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM 2021	22
3.2 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA EM RELAÇÃO À 2020	29
3.3 COMPOSIÇÃO DAS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	31
4 ESTADO DO PARANÁ X DEMAIS ENTES DA FEDERAÇÃO.....	48
5 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021	51



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Organizacional da SESP	7
Quadro 2 - Itens De Verificação – Questão 1	31
Quadro 3 - Itens De Verificação – Questão 2	32
Quadro 4 - Itens De Verificação – Questão 3	33
Quadro 5 - Itens De Verificação – Questão 4	349
Quadro 6 - Itens De Verificação – Questão 5	35
Quadro 7 - Itens De Verificação – Questão 6	36
Quadro 8 - Itens De Verificação – Questão 7	38
Quadro 9 - Itens De Verificação – Questão 8	39
Quadro 10 - Itens De Verificação – Questão 9	41
Quadro 11 - Itens De Verificação – Questão 10	42
Quadro 12 - Itens De Verificação – Questão 11	43
Quadro 13 - Itens De Verificação – Questão 12	43
Quadro 14 - Itens De Verificação – Questão 13	44
Quadro 15 - Itens De Verificação – Questão 14	45
Quadro 16 - Itens De Verificação – Questão 15	45
Quadro 17 - Itens De Verificação – Questão 16	46
Quadro 18 - Itens De Verificação – Questão 17	46
Quadro 19 - Itens De Verificação – Questão 18	47
Quadro 20 - Itens De Verificação – Questão 19	47
Quadro 21 - Indicadores do pilar de segurança pública	49
Quadro 22 - Posição do PR no Ranking de Competitividade	50
Quadro 23 - Achados de Fiscalização 2021	51



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos Financeiros – PPA-2020-2023.....	16
Tabela 2 - Recursos por Fonte - SESP.....	17
Tabela 3 - Valores empenhados na função segurança (R\$ Mil).....	18
Tabela 4 - Metas e Resultados de indicadores do PPA.....	19
Tabela 5 - Evolução dos indicadores de segurança	20
Tabela 6 - Pontuação obtida por Questão de Avaliação.....	22
Tabela 7 - Evolução da Pontuação Obtida por Questão.....	29



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da SESP	9
--------------------------------------	---



1 INTRODUÇÃO

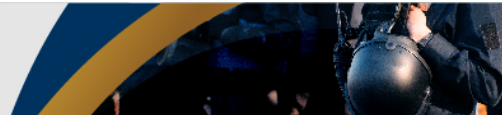
No contexto da sociedade e seus problemas contemporâneos, a segurança pública é um assunto em permanente discussão. Trata-se, pois, de um desafio para a Administração Pública, já que objetiva a garantia e proteção dos direitos individuais, além de assegurar o exercício da cidadania.

Por conseguinte, o principal objetivo da política de segurança pública do Paraná é a redução de riscos ao patrimônio e danos físicos ou à saúde a seres humanos por meio da atuação de um sistema de comando.

Nesse ínterim, a segurança pública é a terceira política do Estado que mais tem recebido recursos orçamentários, conforme ver-se-á no decorrer deste Caderno. Desta feita, o presente tem por objetivo o estudo e a análise das ações inerentes à Segurança Pública e à Administração Penitenciária no Estado do Paraná durante o exercício de 2021.

Ressalta-se, que tendo em vista a importância significativa do tema para a população do Estado, realizou-se avaliação da respectiva política pública, tratada em tópico específico. Sendo assim, foram coletadas informações nos sistemas informatizados, relatórios, plano de metas e planos de ação do Governo do Estado. Também, serão demonstrados os resultados relativos às metas do programa 13 - Segurança com Integração, Inovação e Inteligência previstas no Plano Plurianual (PPA-2020-2023) referentes ao exercício de 2021.

Portanto, este caderno está estruturado da seguinte forma: inicialmente, aborda-se as questões estruturais e de competência da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Polícia Militar (PMPR), Polícia Civil (PCPR), Polícia Científica (PCP) e o Departamento Penitenciário (DEPEN). Em seguida apresenta-se o resultado da Avaliação da política de Segurança no Estado, realizada pela Comissão de Contas, bem como, comparativo com outras unidades federativas.



2 A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 46, estabelece que a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

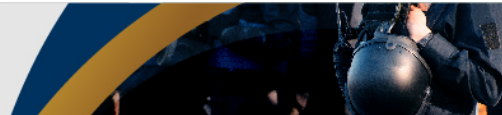
O conjunto normativo infraconstitucional, que versa sobre a segurança no Estado do Paraná compreende, entre outros normativos, a Lei Estadual n.º 19.848/2019 que dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e o Decreto Estadual n.º 5.887/2005 que aprova o Regulamento da SESP.

2.1 ESTRUTURA

A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme Decreto Estadual n.º 5.887/2005, está evidenciada no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Estrutura Organizacional da SESP

I - NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR
- Secretário de Estado da Segurança Pública - Conselho Superior de Polícia – CSP - Conselho Estadual de Segurança Pública - CONESP/PR - Centro de Operações Conjuntas - COC - Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN/PR
II - NÍVEL DE ATUAÇÃO DESCENTRALIZADA
- Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN
III - NÍVEL DE ACESSORAMENTO
- Gabinete do Secretário - GS - Assessoria Técnica - AT - Área Jurídica - Área Policial Civil - Área Policial Científica - Área Policial Militar - Assessoria Comunitária de Segurança - ACS



- Ouvidoria da Polícia do Estado do Paraná - OPEP
- Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - CIOSP

IV - NÍVEL DE GERÊNCIA

- Diretor Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública - DG
- Núcleo de Informática e Informações – NII

V - NÍVEL DE ATUAÇÃO INSTRUMENTAL

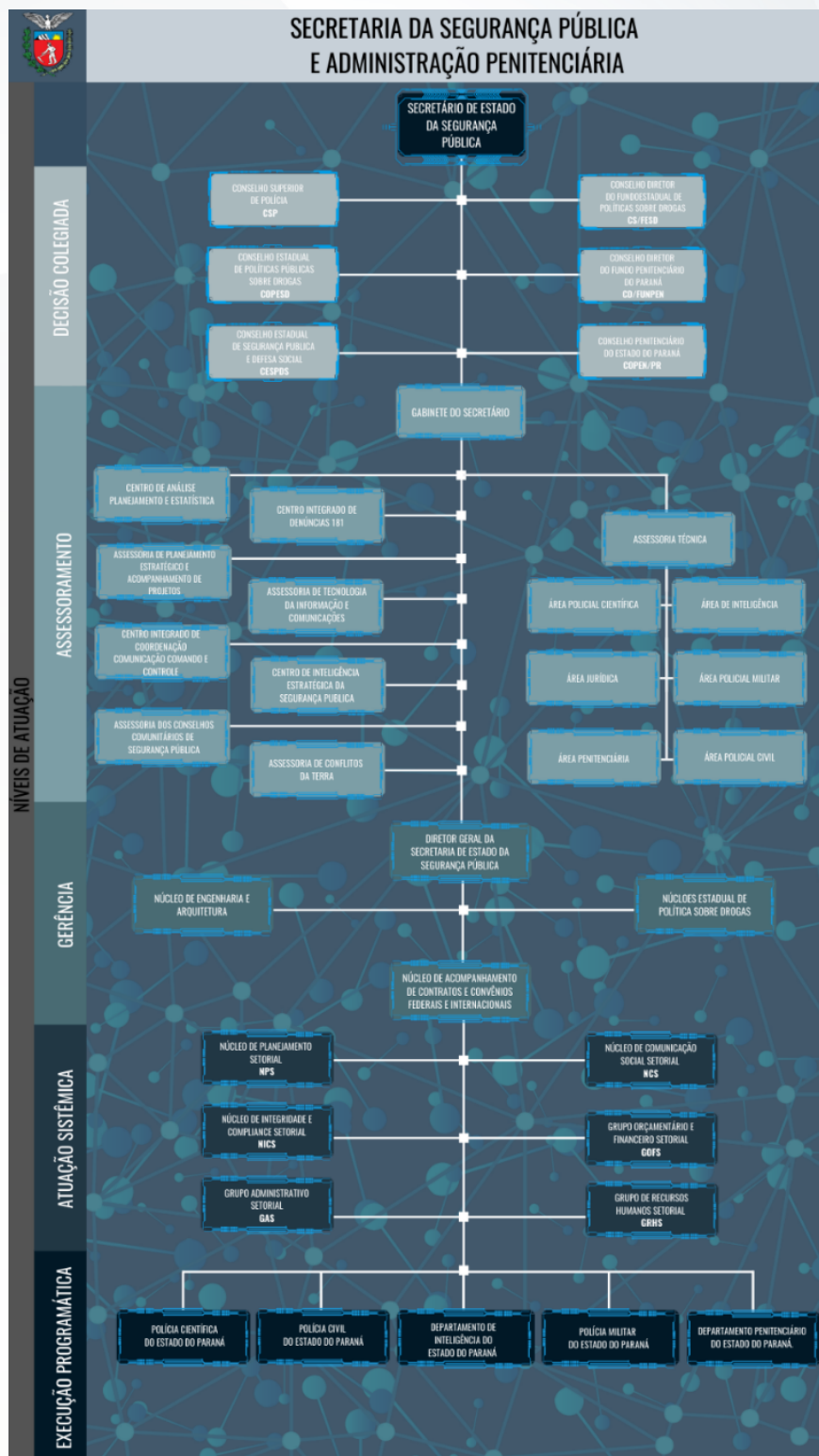
- Grupo de Planejamento Setorial - GPS
- Grupo Financeiro Setorial - GFS
- Grupo Administrativo Setorial - GAS
- Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS

2.2 ORGANOGRAMA

O organograma da SESP¹, encontra-se detalhado na Figura 1 a seguir:

¹ Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Organograma> . Acesso em: 19 de maio 2022.

Figura 1 - Organograma da SESP





2.3 COMPETÊNCIAS

Conforme o artigo 25 da Lei Estadual nº 19.848 de 3 de maio de 2019², são competências da SESP:

Art. 25. À Secretaria de Estado da Segurança Pública - Sesp compete:

- I - a promoção das medidas necessárias à realização da manutenção e preservação da ordem e da segurança pública;
- II - a apuração e repressão dos crimes em especial os praticados contra a pessoa, patrimônio e administração pública;
- III - a realização de perícias;
- IV - a custódia de presos;
- V - a defesa das garantias individuais pessoais e da propriedade pública e particular, mediante a atuação de suas instituições policiais subordinadas, articuladas com o Governo Federal e demais estados da federação;
- VI - a realização e fomento de campanhas educacionais e de orientação à comunidade;
- VII - as atividades de prevenção, combate a incêndio, busca, salvamento, resgate e socorros de urgências;
- VIII - a internalização da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços a nível de indivíduo e de comunidade;
- IX - a coordenação da aplicação da legislação de trânsito, exercendo o seu controle e fiscalização nos centros urbanos e nas rodovias estaduais;
- X - a adoção da filosofia do policiamento comunitário, focado à resolução de conflitos;
- XI - a coordenação da produção de conhecimento sobre a atividade de segurança pública no âmbito estadual.

Nesse sentido, conforme Anexo do Decreto Estadual n.º 5.887/2005, constituem objetivos da SESP³:

Art. 3º - Constituem objetivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

² **Lei Estadual n.º 19.848/2019.** Dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

³ **Decreto Estadual n.º 5.887/2005.** Aprovado o Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP.



- I - a garantia dos direitos concernentes à vida, à liberdade e à propriedade e o provimento da segurança pública em geral, através da utilização de pessoal técnico profissionalizado e equipamentos especializados;
- II - a prevenção, a investigação e a repressão dos ilícitos penais e atos antissociais isoladamente ou em articulação com o Governo Federal;
- III - o auxílio e a complementação da ação das autoridades judiciais, administrativas e da segurança nacional;
- IV - a integração com os órgãos da justiça penal na consecução plena da atividade repressiva criminal, enfatizando o apoio à política de recuperação e recondução do detento ao convívio social;
- V - a adoção da filosofia de respeitar e bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços a nível de indivíduo e de comunidade;
- VI - a agilização para a liberação dos recursos financeiros necessários ao ininterrupto custeio, bem como, para investimentos nos órgãos que compõem o sistema de segurança pública;
- VII - a coordenação e a inspeção das unidades programáticas, na capital e no interior do Estado, visando à ação harmônica, integrada e eficiente;
- VIII - a realização de pesquisas e estudos na área das Ciências Penais;
- IX - a realização de perícias e pesquisas no âmbito da Medicina Legal e da Criminalística, ampliando os horizontes para a evolução dos métodos e técnicas no combate à criminalidade;
- X - a expedição de documentos de identidade e de antecedentes, para fins civis e criminais;
- XI - a coordenação da aplicação da legislação de trânsito específica;
- XII - a expedição de documentos relativos aos serviços de trânsito, aprimorando os respectivos sistemas;
- XIII - a manutenção de instituições de ensino para a formação, aperfeiçoamento e especialização dos seus recursos humanos, enfatizando as modernas técnicas de aprendizagem técnico-profissional e científica;
- XIV - a prevenção e extinção de incêndios e a realização de buscas e salvamentos;
- XV - o controle e a fiscalização da produção, comércio, transporte e uso de armas, munições, combustíveis, explosivos e inflamáveis, no que couber ao Estado;
- XVI - o exercício do controle operacional sobre todos os meios de policiamento ostensivo;

ESTOR BAPTISTA

COORDENADOR



XVII - a celebração de convênios com vistas à captação de recursos para complementação dos encargos da segurança pública, para o desenvolvimento de pesquisas e estudos destinados à adoção de novas técnicas operacionais e de identificação humana;

XVIII - a organização da comunidade, visando à interação com os órgãos de Segurança Pública;

XIX - a integração dos órgãos de Segurança Pública do Estado no atendimento às emergências e, quando por convênio, a integração das entidades públicas e/ou privadas.

2.4 A POLÍCIA MILITAR

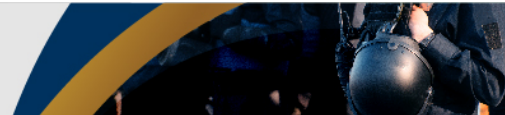
De acordo com o Regulamento da Secretaria, à área Policial Militar compete⁴:

- I - o assessoramento técnico ao Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública nos assuntos de natureza policial militar e bombeiro militar;
- II - a tramitação de documentos administrativos destinados à Polícia Militar e oriundos desta junto a SESP;
- III - o acompanhamento junto aos diversos órgãos públicos e privados, de questões relativas à Polícia Militar e do interesse da Pasta;
- IV - a manutenção permanente da sintonia com as áreas policiais civil e científica, propiciando a integração das instituições policiais; e
- V - o cumprimento imediato das missões e tarefas de caráter especial atribuídas pelo Secretário de Estado de Segurança Pública;
- VI - o assessoramento nas várias áreas relativas à missão constitucional da Polícia Militar; e
- VII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Assessor Militar será um Oficial Superior da Polícia Militar do Paraná.

Ainda segundo o normativo supra, a Polícia Militar do Estado do Paraná foi instituída para a manutenção da ordem pública e segurança interna no Estado. Logo, dentre as suas competências, destacam-se a execução da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; a atuação de maneira preventiva, como força de

⁴ **Decreto Estadual n.º 5.887/2005.** Aprovado o Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP.



dissuasão, e de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem pública; a realização de serviços de prevenção e de extinção de incêndios, entre outras.

2.5 A POLÍCIA CIVIL

À área de Polícia Civil possui as seguintes atribuições⁵:

- I - o assessoramento ao Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública nos assuntos policiais civis;
- II - o acompanhamento, junto aos diversos órgãos, de questões relativas à Polícia Civil de interesse da Pasta;
- III - a manutenção permanente da sintonia com as áreas policiais militar e científica, propiciando a integração das instituições policiais;
- IV - o cumprimento imediato das missões e tarefas de caráter especial atribuídas pelo Secretário de Estado da Segurança Pública; e
- V - o desempenho de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Assessor Civil será um Delegado de Polícia de 1ª Classe.

Nesse sentido, compete à PCPR, dentre outras atribuições, o exercício das atividades da polícia judiciária, administrativa e de segurança; o exercício de atividades de vigilância, informações e capturas; a aplicação de sanções administrativas em matéria de competência policial; e a realização de trabalhos nas áreas civil e criminal, baseados nos processos papiloscópico, fotográfico e outras técnicas para a identificação da pessoa humana, com emissão de laudos, em todo o Estado.

2.6 A POLÍCIA CIENTÍFICA

Ainda nos termos do Regulamento da Secretaria, compete à Área Policial Científica:

- I - o assessoramento ao Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Pública no que concerne às atividades da Polícia Científica;
- II - a manifestação sobre os atos administrativos da área da Polícia Científica, de interesse da Secretaria;

⁵ **Decreto Estadual n.º 5.887/2005.** Aprovado o Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP.



III - a manifestação sobre contratos administrativos, convênios e ajustes da área da Polícia Científica em que a Secretaria de Estado da Segurança Pública faça parte, representando o Estado do Paraná;

IV - a emissão de laudos ou informações técnicas em processos que envolvam questões atinentes à área da Polícia Científica, por determinação do Gabinete do Secretário;

V - a opinião, na área da Polícia Científica, quando surjam dúvidas na execução de contratos, de convênios e de demais ajustes administrativos, de leis e de atos administrativos correlatos;

VI - a participação e/ou a presidência, em comissões administrativas e de investigações, quando assim determinado pelo Gabinete do Secretário;

VII - o acompanhamento, junto a outros órgãos do Estado, de questões técnico-policiais científicas, de interesse da Pasta; e

VIII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Assessor da Área Policial Científica será um integrante da carreira de Perito Policial.

Por conseguinte, à PCP compete o planejamento, a coordenação, a direção e a execução das atividades dos Institutos de Criminalística e Médico Legal, a execução de perícias técnicas necessárias aos procedimentos administrativos em órgãos públicos e às investigações criminais de Polícia Judiciária; dentre outras.

2.7 DEPEN

O Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN) é o órgão gestor do sistema penitenciário estadual e possui as seguintes atribuições⁶, dentre outras:

I. a administração do sistema penitenciário, através do apoio e orientação técnica e normativa às unidades componentes do sistema;

II. a coordenação, a supervisão e o controle das ações dos estabelecimentos penais e das demais unidades integrantes do sistema penitenciário;

III. a adoção de medidas que visem ao aperfeiçoamento do pessoal do sistema penitenciário, bem como à promoção da educação formal e profissionalizante dos internos;

⁶ Disponível em: <https://www.deppen.pr.gov.br/Pagina/Departamento-Penitenciario> . Acesso em: 24 de maio de 2022.



- IV. o cumprimento das disposições constantes da Lei de Execução Penal; e
- V. o relacionamento interinstitucional de interesse do sistema penitenciário, visando ao aprimoramento das ações na área penitenciária.

De acordo com o artigo 1º do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná⁷, o Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, é constituído pelos seguintes órgãos:

- I. Estabelecimentos Presidiários;
- II. Estabelecimentos Penitenciários;
- III. Estabelecimentos Agrícolas, Industriais ou Mistos;
- IV. Estabelecimentos Médico-Penais;
- V. Centro de Observação Criminológica e Triagem;
- VI. Casa do Albergado;
- VII. Patronato e Pró-Egresso.

O normativo ainda evidencia que os Estabelecimentos Presidiários se destinam aos presos provisórios, aos sujeitos à prisão simples e à prisão especial; já os Estabelecimentos Penitenciários destinam-se aos condenados ao cumprimento da pena em regime fechado.

Os Estabelecimentos Agrícolas, Industriais ou Mistos destinam-se aos condenados ao cumprimento da pena em regime semiaberto e os Estabelecimentos Médico-Penais compreendem o Hospital Penitenciário, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e o Sanatório.

O Centro de Observação Criminológica e Triagem é o de regime fechado onde deverão ser realizados os exames gerais e o exame criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação, que proporá o estabelecimento e o tratamento adequados para cada preso ou internado.

Por fim, a Casa do Albergado destina-se ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto e da pena restritiva de direito consistente de limitação de fim de semana e o Patronato, bem como, o Pró-Egresso visam a assistência aos que cumprem pena em regime aberto, aos liberados condicionais, aos egressos e aos seus familiares.

⁷ Aprovado pelo **Decreto Estadual nº. 1.276 de 31 de outubro de 1995** e tornado público pelo Diário Oficial nº. 4.625 de 31 de outubro de 1995.



2.8 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A fim de desenvolver e executar as competências supramencionadas, ressalta-se, inicialmente, que a gestão orçamentária e financeira na área temática Segurança contempla as unidades (Polícia Civil; Polícia Militar; Polícia Científica) além do DEPEN integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública no cumprimento dos objetivos propostos pelo respectivo Programa.

Sendo assim, o Plano Plurianual – PPA 2020-2023, estabelecido por meio da Lei Estadual nº 20.077/2019, instituiu o Programa 13 Segurança com Integração, Inovação e Inteligência, cujo principal objetivo é promover as medidas necessárias à realização da manutenção e preservação da ordem e da segurança pública, com integração, inovação e inteligência, e foco na redução da criminalidade e violência no Estado do Paraná.

O montante inicialmente destinado para esse programa foi da ordem de 15 bilhões, conforme detalhado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Recursos Financeiros – PPA-2020-2023

RECURSOS	VALOR (2020) – R\$ 1,00	VALOR 2021-2023 – R\$ 1,00
Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta	3.555.739.455	11.716.266.879
Tesouro	3.532.957.455	11.641.199.514
Outras Fontes	22.782.000	75.067.365
Valor Global	15.272.006.334	

Fonte: Lei nº 20.077/2019 – PPA (2020-2023)

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2021, Lei Estadual nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, fixou o orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, para o exercício de 2021.

De acordo com a referida norma, foi destinado cerca de três bilhões, para o referido ano. Esse valor foi atualizado e executado de acordo com os montantes apresentados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Recursos por Fonte - SESP

GERENCIAL DE DESPESA – FONTE – MÊS DE REFERÊNCIA 12/2021						
	Fonte	Orç. inicial	Orc. atualizado	Emp. Até mês	Liq. Até mês	Pago até mês
0100	Ordinário não vinculado	2.737.102.021,00	3.445.423.309,00	3.407.441.929,65	3.180.799.749,94	3.180.695.464,85
0101	Receitas desvinculadas pela ec 93/2016	0,00	4.456.300,00	4.397.501,89	4.041.022,00	4.038.502,00
0107	Transferências e convênios com órgãos federais	115.920.000,00	153.737.844,00	74.649.535,60	28.407.133,82	28.285.077,43
0111	Cota parte das multas por infração ao código de trânsito brasileiro do funrestan destinado ao funesp	52.196.000,00	2.085.575,00	79.316.005,14	14.791.219,33	14.791.219,33
0112	Convênio da polícia militar – funesp/pr	5.601.000,00	11.619.064,00	5.947.365,94	3.127.701,95	3.127.701,95
0113	Fundo especial de segurança pública do estado do paraná - funesp/pr	599.907.600,00	619.039.753,00	312.788.635,65	292.478.689,87	292.283.713,06
0120	Operações de crédito internas	5.760.963,00	9.840.963,00	4.080.000,00	0,00	0,00
0125	Venda de ações e/ou devolução do capital subscrito ou não e outros ingressos	5.855.500,00	18.795.197,00	10.318.827,48	2.373.465,59	2.373.465,59
0136	Recursos oriundos da tarifa de concursos públicos	0,00	18.790.939,00	11.252.552,44	0,00	0,00
0142	Operação de crédito externas	237.280.000,00	282.890.067,00	104.302.311,17	7.053.606,95	7.053.606,95
0147	Receitas recolhidas ao tesouro geral do estado por determinação legal	63.643.000,00	74.921.928,00	67.616.179,30	5.127.013,58	5.127.013,58
0148	Outros convênios/outras transferências	4.785.031,00	6.303.872,00	1.979.417,20	669.875,29	669.875,29
0157	Comando do corpo de bombeiros do paraná	30.963.200,00	38.656.513,00	36.111.343,37	16.467.664,89	16.467.664,89
0164	Auxílio financeiro aos estados (inciso i do art. 5º da lei complementar nº 173, de 27 de maio de	0,00	11.403.669,00	11.135.510,32	11.135.510,32	11.135.510,32

NESTOR BAPTISTA

SECRETÁRIO RELATOR

	2020)					
0166	Transferência especial da união – emendas parlamentares individuais (e.c.nº 105, de 12 de dezembro de 2019)	0,00	1.120.000,00	249.516,00	0,00	0,00
0258	Diretamente arrecadado com utilização vinculada	0,00	230.015,00	0,00	0,00	0,00
Total geral		3.860.014.315,00	4.799.315.008,00	4.131.586.631,15	3.566.472.653,53	3.566.048.815,24

Fonte: Relatório Gerencial de Despesa – SIAF. Consulta realizada em 5 de abril de 2022.

A Tabela 3 a seguir apresenta um comparativo da função segurança pública destacado por subfunção permitindo a avaliação dos valores empenhados em 2021 em comparação como os anos anteriores.

Tabela 3 - Valores empenhados na função segurança (R\$ Mil)

SUBFUNÇÃO	2019	2020	2021	AH(2021/2019)	AH(2021/2020)
Custódia e Reintegração Social	787.283	716.226	808.189	2,7%	12,8%
Defesa Civil	51.869	44.778	73.574	41,8%	64,3%
Informação e Inteligência	90.156	749.389	736.699	717,1%	-1,7%
Policiamento	3.412.296	2.366.062	2.731.760	-19,9%	15,5%
Outras subfunções	6.743	250.733	238.874	3442,5%	-4,7%
TOTAL EMPENHADO	4.348.347	4.127.188	4.589.096	5,5%	11,2%

Fonte: Elaborada com dados do SIAF e COSIF.

Observa-se, pois, uma variação positiva relação a subfunção de custódia e reintegração social. Além disso, destaca-se o aumento da subfunção Defesa Civil, que contempla ações como o do Corpo de Bombeiros, que em relação a 2020 apresentou aumento de cerca de 64% e de Policiamento que apresentou redução se comparado com 2019, porém, em relação a 2020 aumento de 15,5%.

Por fim, vale mencionar que em relação a 2020 houve aumento global de cerca de 11%. De fato, em 2021, face ao estado de pandemia, considera-se que essa função foi exigida não apenas em suas atribuições permanentes, mas especialmente em outras impostas pela situação de calamidade.

2.9 METAS FÍSICAS

Destaca-se que para consecução dos resultados pretendidos no programa 13, o governo estabeleceu para a respectiva área 06 objetivos específicos, 24 iniciativas, bem como, suas metas e 3 indicadores de resultado de eficácia do programa: crimes violentos letais intencionais, furtos e roubos de veículos e ocorrências envolvendo o tráfico de drogas.

Nesse sentido o Plano Plurianual 2020–2023 apresenta indicadores para acompanhamento do desempenho social da Segurança Pública do Paraná. A apuração dos indicadores é realizada pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), sendo que no ano de 2021, os resultados estão discriminados na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - Metas e Resultados de indicadores do PPA

INDICADOR	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	ÍNDICES - 2021		SITUAÇÃO
				PREVISTO	APURADO	
Crimes Violentos Letais Intencionais	2.088	unidade	menor melhor	2.046	1.993	ATENDEU
Furtos e Roubos de Veículos	25.421	unidade	menor melhor	24.414	15.605	ATENDEU
Ocorrências Envolvendo Tráfico de Drogas	11.788	unidade	maior melhor	12.264	12.382	ATENDEU

Fonte: Sistema de Controle de Ocorrências - e-protocolo nº 19.047.308-2

Observa-se, pois, analisando apenas os indicadores isoladamente, no ano de 2021, o atendimento dos indicadores previstos no PPA 2020-2023.

Em relação a evolução histórica, conforme detalhado na Tabela 5 a seguir, nota-se que em 2021 o índice de crimes violentos letais intencionais possui trajetória de queda, assim como, os furtos e roubos de veículos, em comparação com o ano anterior. Já as ocorrências envolvendo tráfico de drogas mostraram tendência de diminuição, no entanto, vale destacar que este índice, conforme mencionado anteriormente, quanto maior melhor.

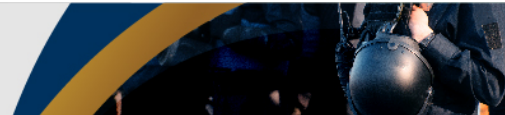


Tabela 5 - Evolução dos indicadores de segurança

INDICADOR	ANO				
	2018	2019	2020	2021	2022 (previsto)
Crimes Violentos Letais Intencionais	2.088	1.931	2.113	1.993	2.026
Furtos e Roubos de Veículos	25.421	21.730	16.458	15.605	23.926
Ocorrências Envolvendo Tráfico de Drogas	11.788	12.338	13.723	12.382	12.510

Fonte: Relatório de Fiscalização 01/2021 e SICOL/BOU - e-protocolo 19.047.308-2.

Diante do exposto, realizou-se a Avaliação da Política de Segurança Pública, apresentada a seguir, onde se avaliou os pontos críticos desta Área e se apurou que o Paraná implementou apenas de forma parcial políticas públicas de segurança.



3 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

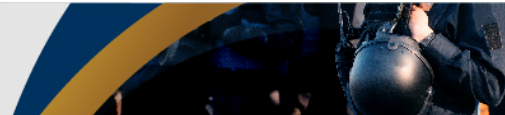
Em termos de motivação, a importância da avaliação da Política de Segurança do Estado do Paraná está calcada em dois pilares: a) o expressivo volume de recursos; b) o fato de que a segurança no Brasil é uma problemática pública, sendo uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos atuais índices de violência.

Dessa forma, determinou-se o objetivo da avaliação na área de Segurança Pública, qual seja: avaliar a efetividade no planejamento e na execução da política de segurança pública do Estado do Paraná, com foco nos processos e recursos que visam reduzir os crimes violentos letais intencionais, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual e nos que envolvam tráfico de drogas.

No que se refere à metodologia, a Avaliação da Política de Segurança do Estado do Paraná consistiu no encaminhamento de questionário aos gestores, bem como a solicitação de documentos relacionados às questões de avaliação, no sentido de possibilitar a validação das respostas encaminhadas. Cabe registrar que a operacionalização da avaliação, tanto no que tange às questões de avaliação quanto aos itens de verificação, reproduz integralmente a metodologia utilizada pela Comissão das Contas do Governo para o exercício de 2020.

Primeiramente, levantou-se os principais indicadores de segurança pública previstos no Plano Plurianual (PPA) de 2020-2023, bem como, outros temas, por sua relevância e impacto. Por conseguinte, realizou-se a avaliação da implementação de objetivos, processos, recursos, produtos e serviços na área de Segurança Pública pelo Poder Executivo do Estado do Paraná.

Vale ressaltar que as Questões de Avaliação abordaram tanto aspectos mais amplos e relacionados com o planejamento da segurança pública estadual, como outros mais específicos, diretamente ligados aos órgãos subordinados da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), os quais executam a Política Estadual de Segurança Pública.



3.1 A POLÍTICA DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM 2021

A pontuação obtida em cada Questão de Avaliação, bem como, a identificação sobre a validação das questões, encontram-se na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Pontuação obtida por Questão de Avaliação

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO		VALIDADA?	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA1	Há uma Política e um Plano Estadual de Segurança Pública implementados e alinhados às diretrizes nacionais?	SIM	0,29
QA2	Há monitoramento implementado das ações estratégicas da segurança pública do Estado?	NÃO	0,83
QA3	Há monitoramento implementado do desempenho operacional dos órgãos executores da segurança pública?	NÃO	0,75
QA4	Os órgãos executores da segurança pública, que realizam atendimentos de ocorrências e chamados, proporcionam uma cobertura territorial completa de seus serviços nas regiões do Estado?	SIM	0,56
QA5	Os órgãos executores da segurança pública possuem servidores suficientes para realizar seus plantões e escalas de trabalho para consecução de suas atribuições?	SIM	0,42
QA6	Há ações implementadas de acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos agentes policiais?	NÃO	0,75
QA7	Há ações implementadas de capacitação continuada para os agentes policiais?	NÃO	0,81
QA8	Há ações implementadas com vistas ao fornecimento e à manutenção de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades dos órgãos executores da segurança pública?	SIM	0,46
QA9	As estruturas físicas existentes no sistema prisional propiciam condições adequadas para a privação de liberdade?	SIM	0,78
QA10	Há o provimento de assistências a fim de propiciar condições adequadas à pessoa privada de liberdade?	SIM	1,00
QA11	Há ações implementadas para a adequação do fluxo e da alocação de pessoas privadas de liberdade entre o sistema prisional?	NÃO	0,33
QA12	O monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica é realizado de forma efetiva?	NÃO	0,83
QA13	Há ações implementadas de inteligência policial pelas polícias Militar e Civil?	NÃO	0,90
QA14	As atividades de policiamento ostensivo são planejadas e realizadas adequadamente?	SIM	1,00
QA15	As ocorrências ou chamados pelos órgãos executores da segurança pública são atendidos de forma tempestiva?	NÃO	0,54
QA16	Há ações implementadas de verificação preliminar pela Polícia Civil para análise quanto a abertura ou não de	NÃO	1,00

	inquérito policial?		
QA17	Há a adoção e a padronização dos procedimentos investigativos da Polícia Civil?	NÃO	0,20
QA18	Há tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão?	NÃO	1,00
QA19	Os procedimentos para elaboração de laudos periciais são realizados de forma tempestiva e padronizada?	NÃO	0,67
PONTUAÇÃO FINAL DA FUNÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA			6,90

Fonte: Elaborado pela Comissão de Contas.

Em relação a cada QA, inicialmente, a análise considerou as respostas obtidas por meio de questionário enviado para o próprio órgão e por uma solicitação de documentos relacionados com a Política de Segurança Pública.

Em relação a QA1 a equipe verificou que foi instituído a política estadual de segurança pública no Estado por meio da Lei n.º 20.866 em 09 de dezembro de 2021. Ademais, constatou-se que a referida norma se encontra em consonância com o Plano Nacional.

Embora a SESP tenha instituído a política de segurança entende-se que ainda não é possível afirmar que ela está plenamente implementada e alinhada às diretrizes nacionais, sobretudo, diante da ausência de um plano estadual de segurança, bem como, diagnósticos quanto à situação atual da segurança pública paranaense. Dessa forma, a SESP obteve um índice de 29% em relação a (QA1).

Quanto à avaliação de governo sobre o planejamento da Secretaria, verificou-se a implementação de monitoramento das ações estratégicas de segurança pública (QA2), o qual obteve um índice de 83% de atingimento nos itens pontuados. Ressalta-se, pois, que embora existam indicadores e metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública estadual, não foram verificadas formas de monitoramento em relação ao plano estadual de segurança pública, visto que o documento não foi formalizado, conforme resposta a questão anterior.

Na (QA3) examinou-se a implementação de monitoramento do desempenho operacional dos órgãos executores das atividades de segurança pública. A primeira parte analisada tratou da supervisão da SESP sobre o desempenho dos órgãos subordinados. Nesse quesito, considerou-se apenas as respostas enviadas pela secretaria. Sendo assim, não foram observadas insuficiências.

A segunda parte considerou as avaliações de desempenho realizadas internamente pelos próprios órgãos executores das atividades de segurança pública



(PMPR, PCPR, PCP e DEPEN). Nessa abordagem a PMPR e a PCP não apresentaram respostas negativas. No entanto, a PCPR apresentou fragilidades em relação a divulgação dos seus indicadores e o DEPEN não apresentou indicadores de desempenho estabelecidos. No geral, a questão de avaliação alcançou 75% dos itens verificados.

No que tange à cobertura territorial para atendimentos de ocorrências e chamados, proporcionada pelos órgãos executores de segurança pública do Estado (QA4), a situação varia conforme o órgão analisado. O resultado consolidado da análise considerou que 56% dos itens foram alcançados.

Quanto à existência de um diagnóstico acerca da distribuição territorial adequada de unidades para atender efetivamente todas as regiões do estado, o que foi demonstrada por todos os órgãos executores, exceto pela PCPR. Vale ressaltar que apesar da PCPR ter apresentado a lotação dos seus quadros no Estado considerou-se que não ficou efetivamente confirmado a existência de diagnóstico da distribuição territorial adequada das unidades da Polícia Civil, com o intuito de atender efetivamente todas as regiões do estado.

Por conseguinte, verificou-se a percepção dos órgãos quanto à suficiência da atual distribuição de unidades para atendimento das ocorrências em todas as regiões do estado. A PCP afirmou que a atual distribuição territorial de unidades é insuficiente, já a PMPR considerou que a atual distribuição é suficiente. Por fim, constatou-se que cerca de 70% das unidades da PCPR questionadas concordaram com a percepção de que a distribuição é insuficiente.

Para concluir essa temática, também foi averiguado se há um processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades a todas as regiões do estado. Nesse aspecto, diante da documentação encaminhada verificou-se que apenas a PCPR não apresenta um processo com esse intuito, visto que foi considerado que não há um diagnóstico preciso.

Em continuidade, foi verificado se há servidores suficientes para a realização dos plantões e formação das escalas de trabalho nos órgãos executores (QA5), e, dessa vez, 42% dos itens avaliados foram considerados atingidos. Vale mencionar que apesar da PMPR e PCPR afirmarem que há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores para realizar plantões, considerou-se que a documentação enviada não apresentou critérios objetivos para corroborar com a afirmativa.



Chama a atenção ainda o fato de que todos os órgãos executores questionados (PMPR, PCPR, PCP e DEPEN) afirmaram que não possuem servidores para realizar os plantões de forma adequada, o que deve impactar diretamente na capacidade e tempestividade da prestação do serviço público. Não obstante, todos os órgãos também afirmaram estarem providenciando medidas para tentar suprir essa carência de servidores, o que foi comprovado através de solicitações para realização de concursos públicos e, em alguns casos, editais de concursos públicos em andamento.

A avaliação seguinte abordou todos os órgãos executores e tratava do acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos agentes policiais (QA6). Nessa análise, o atingimento dos itens verificados foi ainda menor, resultando em 75% de implementação. Foram questionados aspectos como a existência de método formalizado para avaliação periódica dos servidores e a existência de medidas para melhorar ou corrigir o desempenho quando necessário. Nesse quesito apenas o DEPEN apresentou resultado insatisfatório.

Em relação às capacitações continuadas dos agentes policiais (QA7), foi observado um índice de atendimento dos itens de verificação, da ordem de 81%. A maioria dos órgãos executores apresentaram um desempenho esperado, instituindo políticas de incentivo à capacitação continuada e realizando um controle das competências dos servidores. As exceções ocorreram na PCPR e no DEPEN onde a maior parte das unidades questionadas afirmou não existir uma política continuada para incentivo à capacitação.

As avaliações quanto a estrutura, focaram na existência de ações implementadas com vistas ao fornecimento e à manutenção de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades dos órgãos envolvidos com a segurança pública (QA8). Foram abordados tópicos variados, evidenciando um atendimento de apenas 46%.

Entre os itens avaliados estão o planejamento acerca do material individual e coletivo necessários para realização das atividades, a suficiência da quantidade de materiais disponíveis, a existência de sistemas e setores responsáveis pelo controle dos materiais e a existência de um cronograma de reposições e manutenções para os materiais.

Não obstante todos os órgãos apresentarem alguma fragilidade nos itens de verificação acerca dos materiais, destaca-se que todos os órgãos afirmaram que não



dispõem de materiais suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada. Ademais, o DEPEN considerou que os materiais, equipamentos e veículos disponíveis, tanto para uso individual como coletivo, não são suficientes para realização das suas atividades, sendo que aproximadamente 70% das unidades do Departamento corroboram com esse entendimento.

A questão 9 (QA9) direcionou foco somente ao DEPEN, apurando se a situação quanto as estruturas físicas existentes no sistema prisional propiciam condições adequadas para a privação de liberdade. Nesse ínterim, não se verificou, na documentação enviada, um diagnóstico objetivo acerca da quantidade ideal de estabelecimentos e vagas de cadeias públicas e penitenciárias necessárias para a custódia de presos. Destaca-se, também, que a atual quantidade de estabelecimentos e vagas nas cadeias públicas e penitenciárias não é suficiente para atender a demanda atual. Outros pontos que obtiveram baixos níveis de atendimentos nos itens de verificação, apesar de sua relevância, foram: ausência de dependências específicas para tratamento de dependentes químicos, bem como, nas unidades femininas, de berçário e creche.

Também foi objeto de análise, no DEPEN, o provimento de assistências a fim de propiciar condições adequadas à pessoa privada de liberdade (QA10). Nesse ponto o Departamento obteve um alcance de 100% nos itens observados. Como um meio de comprovar o provimento das assistências, foram enviados contratos de aquisição de materiais de higiene, de refeições e vestuário (assistência material), editais para contratações na área médica, odontológica e farmacêutica (assistência à saúde), editais de convênios para realizações de cursos, provas e exames (assistência educacional), entre outros.

Prosseguindo com as análises direcionadas ao DEPEN, apurou-se que o Departamento não possui ações implementadas a fim de adequar o fluxo e a alocação de pessoas privadas de liberdade (QA11). Nesse sentido, constatou-se que o DEPEN atualmente não possui setor responsável pelo fluxo de presos entre as cadeias públicas e penitenciárias conforme as normativas vigentes, além de não conseguir atender às separações de presos previstas em lei. Por conta dessas falhas, o tema obteve um índice de 33% de atendimento dos itens observados.

A análise acerca do monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica (QA12) apresentou índice de atendimento de 83%, quanto aos itens verificados. Vale mencionar que, apesar do resultado satisfatório, o desempenho ficou abaixo em uma questão



relevante: a falta de tempestividade no envio de relatório circunstanciado sobre a pessoa monitorada ao juiz competente.

A questão (QA13) buscou analisar a implementação de ações de inteligência policial na PMPR e na PCPR. Averiguou-se elementos como a realização de capacitação dos servidores para realizarem essa atividade, a existência de equipamentos adequados, e a efetiva utilização das informações geradas pelo departamento de inteligência no planejamento operacional. Em síntese, os órgãos atingiram 90% de alcance nos itens observados, sendo que o ponto desfavorável a falta de equipamentos adequados para realização das atividades de inteligência policial.

A questão (QA14), voltada exclusivamente à PMPR, visou apurar em que medida as atividades de policiamento ostensivo são planejadas e realizadas. Foram aplicados diversos itens de verificação, não obstante, seu nível de atendimento foi de 100%. Ressalta-se que esse foi o mais alto índice dentre todas as Questões de Avaliação. Entre os resultados das verificações, ressalta-se a existência de Procedimentos Operacionais Padrão que regulamentam as atividades e abordagens do policiamento ostensivo. Além disso, examinou-se aspectos acerca da distribuição e a priorização de atividades, da capacitação dos servidores que realizam atividades de policiamento ostensivo, da existência de mecanismos para corrigir os desvios encontrados nas abordagens, entre outros.

Fator essencial para um bom desempenho da política de segurança pública é a resposta célere a todos os atendimentos de chamados e ocorrências. Logo, essa temática foi abordada questão (QA15). Como os atendimentos fazem parte não somente do cotidiano da PMPR, a avaliação também abarcou a realidade da PCPR e da PCP, e os órgãos em conjunto atingiram 54% dos objetivos aferidos. Em relação aos pontos positivos dessa análise foram as questões estruturais, como possuir setor e pessoal especializado para atendimento de ocorrências e dispor dos equipamentos necessários, os quais estão presentes em todos os órgãos. No entanto, constatou-se pontos negativos, entre os quais está a impossibilidade de atendimento a todos os chamados e ocorrências e o atendimento desses de forma tempestiva. Esses problemas foram relatados por todos os órgãos avaliados.

Na sequência, procedeu-se análises focadas unicamente na PCPR, e a primeira delas tratou da implementação de ações de verificação preliminar para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial (QA16). Nesse aspecto, tanto a gestão da PCPR como a maioria das unidades questionadas afirmaram possuir critérios normatizados para



realização dessa verificação preliminar, além de possuírem registro informatizado das verificações realizadas, inclusive com os casos que não resultaram na instauração de inquérito. Sendo assim, consolidando com os outros diagnósticos realizados do tema, o órgão obteve 100% de alcance nos objetivos propostos.

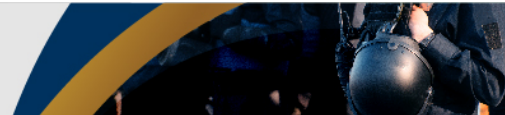
Vale mencionar que quanto a adoção e a padronização dos procedimentos investigativos da Polícia Civil (QA17), o órgão atingiu somente 20% dos itens de verificação. Embora a PCPR tenha apresentado repostas afirmativas, o levantamento junto as unidades evidenciaram o contrário. Sendo assim, o resultado obtido deve-se principalmente pela falta de controle quanto à adesão pelos policiais civis aos procedimentos padrões para investigações policiais e pela falta de capacitações quanto aos procedimentos padrões que deveriam ser adotados. Esses pontos foram corroborados por meio das respostas enviadas pelas próprias delegacias. Além disso, verificou-se que os policiais civis não realizam apenas atividades inerentes ao seu cargo, sobrecarregando-os e, por conseguinte, reduzindo sua disponibilidade para atuar nas funções investigativas.

No que concerne as atividades da PCPR, verificou-se a tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão realizados (QA18), e 100% dos itens de verificação foram alcançados. Vale ressaltar, que a maior parte das unidades responderam afirmativamente, porém verificou-se que cerca de 40% das Delegacias ratificaram que os mandados não estão sendo cumpridos em prazo razoável.

Por último, realizou-se análise direcionada exclusivamente à PCP, sobre a elaboração dos laudos periciais de forma tempestiva e padronizada (QA19), a qual obteve apenas 67% de atingimento dos pontos observados.

Os pontos negativos dessa questão foram a inexistência de um controle quanto à adesão pelos peritos aos procedimentos padrões para elaboração de laudos periciais e a não elaboração dos laudos dentro do prazo legalmente previsto.

Concluindo a análise, verifica-se que a pontuação da Avaliação do Governo de Estado do Paraná na área de Segurança Pública, no exercício de 2021, com base na metodologia utilizada, foi de 6,90, o que indica que o Governo do Estado atingiu 69,0% dos objetivos atribuídos por esta análise de governo. Esse índice apresenta ligeira melhora em relação a avaliação do ano de 2020, situação abordada na seção seguinte.



3.2 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA EM RELAÇÃO À 2020

A Tabela 7 apresenta o comparativo entre as pontuações aferidas em 2020 e 2021, para cada questão avaliada.

Tabela 7 - Evolução da Pontuação Obtida por Questão

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO		PONTUAÇÃO OBTIDA (2021)	PONTUAÇÃO OBTIDA (2020)	RESULTADO
QA1	Há uma Política e um Plano Estadual de Segurança Pública implementados e alinhados às diretrizes nacionais?	0,29	0,00	0,29 ↑
QA2	Em que medida é efetuado o monitoramento das ações estratégicas da segurança pública do Estado?	0,83	0,83	0,00 =
QA3	Há monitoramento implementado do desempenho operacional dos órgãos executores da segurança pública?	0,75	0,56	0,19 ↑
QA4	Os órgãos executores da segurança pública, que realizam atendimentos de ocorrências e chamados, proporcionam uma cobertura territorial completa de seus serviços nas regiões do Estado?	0,56	0,63	0,07 ↓
QA5	Os órgãos executores da segurança pública possuem servidores suficientes para realizar seus plantões e escalas de trabalho para consecução de suas atribuições?	0,42	0,58	0,16 ↓
QA6	Há ações implementadas de acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos agentes policiais?	0,75	0,45	0,30 ↑
QA7	Há ações implementadas de capacitação continuada para os agentes policiais?	0,81	0,85	0,04 ↓
QA8	Há ações implementadas com vistas ao fornecimento e à manutenção de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades dos órgãos executores da segurança pública?	0,46	0,36	0,10 ↑
QA9	As estruturas físicas existentes no sistema prisional propiciam condições	0,78	0,41	0,27 ↑

	adequadas para a privação de liberdade?			
QA10	Há o provimento de assistências a fim de propiciar condições adequadas à pessoa privada de liberdade?	1,00	0,76	0,24 ↑
QA11	Há ações implementadas para a adequação do fluxo e da alocação de pessoas privadas de liberdade entre o sistema prisional?	0,33	0,58	0,25 ↓
QA12	O monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica é realizado de forma efetiva?	0,83	0,83	0,00 =
QA13	Há ações implementadas de inteligência policial pelas polícias Militar e Civil?	0,90	0,80	0,10 ↑
QA14	As atividades de policiamento ostensivo são planejadas e realizadas adequadamente?	1,00	0,97	0,03 ↑
QA15	As ocorrências ou chamados pelos órgãos executores da segurança pública são atendidos de forma tempestiva?	0,54	0,57	0,03 ↓
QA16	Há ações implementadas de verificação preliminar pela Polícia Civil para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial?	1,00	0,74	0,26 ↑
QA17	Há a adoção e a padronização dos procedimentos investigativos da Polícia Civil?	0,20	0,39	0,19 ↓
QA18	Há tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão?	1,00	0,47	0,53 ↑
QA19	Os procedimentos para elaboração de laudos periciais são realizados de forma tempestiva e padronizada?	0,67	0,09	0,58 ↑
Pontuação da função de governo de segurança pública		6,90	5,73	1,17 ↑

Fonte: Elaborado pela Comissão de Contas.

O avanço da pontuação apresentada em 2021 pode ser basicamente atribuído aos seguintes fatores: a) implementação da política estadual de segurança pública; b) melhoria nas ações de acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos



agentes policiais; c) maior observância à tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão; d) aprimoramento dos procedimentos para elaboração de laudos periciais.

Vale destacar que a pontuação obtida não deve representar apenas uma nota, que pode ser caracterizada ou compreendida como um parâmetro de aprovação ou reprovação da política pública em análise, mas sim um indicativo sobre quais processos apresentaram evolução e quais ainda requerem refinamentos por parte dos gestores da área em estudo.

Cabe também registrar, em termos metodológicos, que nas próximas avaliações as pontuações obtidas nas questões de avaliação poderão ser revistas em função de novos processos e abordagens de validação.

Diante do exposto, embora a SESP tenha atendido as metas previstas no PPA, bem como, ter apresentado melhoria na nota da política pública, conclui-se que o Poder Executivo do Estado do Paraná implementou apenas de forma parcial políticas públicas de segurança, com enfoque em ocorrências envolvendo o tráfico de drogas que superou a meta estipulada.

Ademais, verificou-se insuficiência em questões analisadas. Sendo assim, entende-se que a política pública de segurança do Estado do Paraná evidencia fragilidades com oportunidades de melhoria e necessidade aprimoramento de diagnósticos e avaliação de riscos.

3.3 COMPOSIÇÃO DAS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Neste capítulo são apresentadas as respostas para os itens de verificação que compõem as dezenove Questões de Avaliação (QA) comentadas anteriormente.

Quadro 2 – Itens De Verificação – Questão 1

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA1	Há uma Política e um Plano Estadual de Segurança Pública implementados e alinhados às diretrizes nacionais?			0,29
1.1	Há uma Política Estadual de Segurança Pública formalizada?	X		0,14

NESTOR BAPTISTA

COORDENADOR RELATOR

1.2	As diretrizes da Política Estadual de Segurança Pública estão alinhadas às que compõem a Política Nacional de Segurança Pública?	X		0,14
1.3	"Há um Plano Estadual de Segurança Pública formalizado?"		X	0,00
1.4	O Plano Estadual de Segurança Pública apresenta diagnósticos quanto à situação atual da segurança pública paranaense?		X	0,00
1.5	O Plano Estadual de Segurança Pública está alinhado com as diretrizes previstas nas políticas estadual e nacional de segurança pública?		X	0,00
1.6	O Plano Estadual de Segurança Pública apresenta objetivos, programas e metas que busquem a melhoria da segurança pública paranaense?		X	0,00
1.7	Há processo de trabalho estabelecido com a finalidade de promover a atualização do Plano Estadual de Segurança Pública e o contínuo alinhamento com as diretrizes do Plano Nacional?		X	0,00

Quadro 3 – Itens De Verificação – Questão 2

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA2	Há monitoramento implementado das ações estratégicas da segurança pública do Estado?			0,83
2.1	Há formas de monitoramento das ações estratégicas de segurança pública previstas no Plano Estadual de Segurança Pública ou outro instrumento de planejamento?		X	0,00
2.2	Há setor específico responsável por monitorar as ações e os indicadores de segurança pública estadual?	X		0.17
2.3	Há indicadores para acompanhamento do desempenho da segurança pública formalizados em instrumentos de planejamento?	X		0.17
2.4	Há metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública formalizadas em instrumentos de planejamento?	X		0.17
2.5	Os indicadores e as metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública são apurados no mínimo anualmente?	X		0.17
2.6	Os indicadores e as metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública são divulgados ao público?	X		0.17

Quadro 4 – Itens De Verificação – Questão 3

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA3	Há monitoramento implementado do desempenho operacional dos órgãos executores da segurança pública?			0,75
3.1	Há a previsão de formas de monitoramento do desempenho operacional de processos dos órgãos executores da segurança pública?	X		0,06
3.2	Há setor responsável por monitorar o desempenho operacional de processos dos órgãos executores da segurança pública?	X		0,06
3.3	São realizadas inspeções regulares e abrangentes nas seções/unidades operacionais dos órgãos executores da segurança pública, com vistas a promover uma ação harmônica, integrada e eficiente?	X		0,06
3.4	É realizado o monitoramento do desempenho operacional de processos dos órgãos executores da segurança pública por meio de indicadores?	X		0,06
3.5	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos da Polícia Militar?	X		0,06
3.6	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Militar são apurados no mínimo anualmente?	X		0,06
3.7	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Militar são divulgados ao público?	X		0,06
3.8	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos da Polícia Civil?	X		0,06
3.9	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Civil são apurados no mínimo anualmente?	X		0,06
3.10	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Civil são divulgados ao público?		X	0,00
3.11	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos da Polícia Científica?	X		0,06
3.12	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Científica são apurados no mínimo anualmente?	X		0,06
3.13	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Científica são divulgados	X		0,06

	ao público?			
3.14	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos do Departamento Penitenciário?		X	0,00
3.15	Os indicadores para acompanhamento do desempenho do Departamento Penitenciário são apurados no mínimo anualmente?		X	0,00
3.16	Os indicadores para acompanhamento do desempenho do Departamento Penitenciário são divulgados ao público?		X	0,00

Quadro 5 – Itens De Verificação – Questão 4

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA4	Os órgãos executores da segurança pública, que realizam atendimentos de ocorrências e chamados, proporcionam uma cobertura territorial completa de seus serviços nas regiões do Estado?			0,56
4.1	Há diagnóstico e planejamento acerca da distribuição territorial adequada das unidades da Polícia Militar, com o intuito de atender efetivamente todas as regiões do estado?	X		0,11
4.2	A distribuição territorial atual das unidades da Polícia Militar é suficiente para atender efetivamente todas as regiões do estado?	X		0,11
4.3	Há processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades da Polícia Militar a todas as regiões do estado?	X		0,11
4.4	Há diagnóstico e planejamento acerca da distribuição territorial adequada das unidades da Polícia Civil, com o intuito de atender efetivamente todas as regiões do estado?		X	0,00
4.5	A distribuição territorial atual das unidades da Polícia Civil é suficiente para atender efetivamente todas as regiões do estado?		X	0,00
4.6	Há processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades da Polícia Civil a todas as regiões do estado?		X	0,00
4.7	Há diagnóstico e planejamento acerca da distribuição territorial adequada das unidades da Polícia Científica, com o intuito de atender efetivamente todas as regiões do estado?	X		0,11
4.8	A distribuição territorial atual das unidades da Polícia Científica é suficiente para atender		X	0,00

	efetivamente todas as regiões do estado?			
4.9	Há processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades da Polícia Científica a todas as regiões do estado?	X		0,11

Quadro 6 – Itens De Verificação – Questão 5

	PERGUNTA	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA5	Os órgãos executores da segurança pública possuem servidores suficientes para realizar seus plantões e escalas de trabalho para consecução de suas atribuições?			0,42
5.1	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades da Polícia Militar (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?		X	
5.2	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades da Polícia Militar é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?		X	
5.3	Ha iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades da Polícia Militar?	X		
5.4	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades da Polícia Civil (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?		X	
5.5	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades da Polícia Civil é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?		X	
5.6	Há iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades da Polícia Civil?	X		
5.7	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades da Polícia Científica (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	X		
5.8	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades da Polícia Científica é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo		X	

	todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?			
5.9	Há iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades da Polícia Científica?	X		
5.10	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades do Departamento Penitenciário (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?		X	
5.11	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades do Departamento Penitenciário é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?		X	
5.12	Há iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades do Departamento Penitenciário?	X		

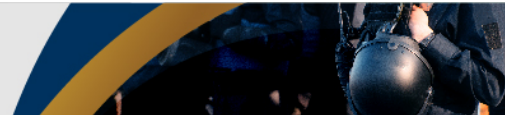
Quadro 7 – Itens De Verificação – Questão 6

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA6	Há ações implementadas de acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos agentes policiais?			0,75
6.1	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores da Polícia Militar, independentemente da avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?	X		0,06
6.2	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores da Polícia Militar?	X		0,06
6.3	As avaliações de desempenho individual dos servidores da Polícia Militar são realizadas no mínimo anualmente?	X		0,06
6.4	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor da Polícia Militar?	X		0,06
6.5	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores da Polícia Civil, independentemente da	X		0,06

	avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?			
6.6	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores da Polícia Civil?	X		0,06
6.7	As avaliações de desempenho individual dos servidores da Polícia Civil são realizadas no mínimo anualmente?	X		0,06
6.8	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor da Polícia Civil?	X		0,06
6.9	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores da Polícia Científica, independentemente da avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?	X		0,06
6.10	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores da Polícia Científica?		X	0,00
6.11	As avaliações de desempenho individual dos servidores da Polícia Científica são realizadas no mínimo anualmente?	X		0,06
6.12	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor da Polícia Científica?	X		0,06
6.13	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores do Departamento Penitenciário, independentemente da avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?		X	0,00
6.14	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores do Departamento Penitenciário?		X	0,00
6.15	As avaliações de desempenho individual dos servidores do Departamento Penitenciário são realizadas no mínimo anualmente?		X	0,00
6.16	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor do Departamento Penitenciário?	X		0,06

Quadro 8 – Itens De Verificação – Questão 7

	PERGUNTA	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA7	Há ações implementadas de capacitação continuada para os agentes policiais?			0,81
7.1	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores da Polícia Militar?	X		0,06
7.2	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores da Polícia Militar?	X		0,06
7.3	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor da Polícia Militar, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?	X		0,06
7.4	A Polícia Militar fornece ou incentiva a capacitação continuada a seus servidores?	X		0,06
7.5	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores da Polícia Civil?	X		0,06
7.6	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores da Polícia Civil?	X		0,06
7.7	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor da Polícia Civil, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?	X		0,06
7.8	A Polícia Civil fornece ou incentiva a capacitação continuada a seus servidores?		X	0,00
7.9	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores da Polícia Científica?	X		0,06
7.10	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores da Polícia Científica?	X		0,06
7.11	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor da Polícia Científica, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?	X		0,06
7.12	A Polícia Científica fornece ou incentiva a capacitação continuada a seus servidores?	X		0,06
7.13	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores do Departamento Penitenciário?		X	0,00
7.14	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores do Departamento Penitenciário?	X		0,06
7.15	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor do Departamento Penitenciário, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?		X	0,00
7.16	O Departamento Penitenciário fornece ou incentiva	X		0,06



a capacitação continuada a seus servidores?		
---	--	--

Quadro 9 – Itens De Verificação – Questão 8

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA8	Há ações implementadas com vistas ao fornecimento e à manutenção de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades dos órgãos executores da segurança pública?			0,46
8.1	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Militar do estado deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?	X		0,04
8.2	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Militar necessita para realizar suas atividades de policiamento ostensivo de forma adequada?	X		0,04
8.3	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Militar atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada?		X	0,00
8.4	Os materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Militar atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades de policiamento ostensivo sejam realizadas de forma adequada?		X	0,00
8.5	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Militar dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.6	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores da Polícia Militar dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.7	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Militar dispõem para realizar suas atividades?		x	0,00
8.8	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Civil deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?		x	0,00
8.9	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Civil necessita para realizar suas atividades investigativas de forma adequada?		x	0,00
8.10	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Civil atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam		X	0,00

	realizadas de forma adequada?			
8.11	Os materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Civil atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades investigativas sejam realizadas de forma adequada?		X	0,00
8.12	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Civil dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.13	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores da Polícia Civil dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.14	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Civil dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.15	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Científica deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?	X		0,04
8.16	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Científica necessita para realizar suas atividades periciais de forma adequada?	X		0,04
8.17	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Científica atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada?		x	0,00
8.18	Os materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Científica atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades periciais sejam realizadas de forma adequada?		x	0,00
8.19	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Científica dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.20	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores da Polícia Científica dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.21	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Científica dispõem para realizar suas atividades?		X	0,00
8.22	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade do Departamento Penitenciário deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?		x	0,00

8.23	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor do Departamento Penitenciário necessita para realizar suas atividades de encarceramento de forma adequada?		x	0,00
8.24	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade do Departamento Penitenciário atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada?		X	0,00
8.25	Os materiais e equipamentos que cada servidor do Departamento Penitenciário atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades de encarceramento sejam realizadas de forma adequada?		X	0,00
8.26	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores do Departamento Penitenciário dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.27	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores do Departamento Penitenciário dispõem para realizar suas atividades?	X		0,04
8.28	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores do Departamento Penitenciário dispõem para realizar suas atividades?		X	0,00

Quadro 10 – Itens De Verificação – Questão 9

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA9	As estruturas físicas existentes no sistema prisional propiciam condições adequadas para a privação de liberdade?			0,78
9.1	Há um diagnóstico acerca da quantidade ideal de estabelecimentos e vagas de cadeias públicas e penitenciárias necessárias para a custódia de presos?		x	0,00
9.2	A atual quantidade de estabelecimentos e vagas de cadeias públicas e penitenciárias disponíveis para custódia de presos atende o quantitativo ideal?		x	0,00
9.3	Há nas penitenciárias estaduais dependências específicas para realização da Guarda Externa?	X		0,06
9.4	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para a recepção e revista?	X		0,06
9.5	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para o centro de observação, triagem e inclusão?	X		0,06

9.6	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para o tratamento penal?	X		0,06
9.7	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para vivência coletiva?	X		0,06
9.8	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para vivência individual?		X	0,00
9.9	A dimensão das celas das cadeias públicas e penitenciárias estaduais está de acordo com os parâmetros legalmente previstos ou há uma justificativa técnica para os casos que não se enquadrem?	X		0,06
9.10	A salubridade das celas das cadeias públicas e penitenciárias está de acordo com os requisitos previstos na Lei de Execução Penal?	X		0,06
9.11	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para a realização de serviços essenciais (cozinha, almoxarifado, lavanderia, etc.)?	X		0,06
9.12	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para a realização de assistência à saúde?	X		0,06
9.13	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para tratamento de dependentes químicos?		X	0,00
9.14	Há nas penitenciárias estaduais dependências para oficinas de trabalho?	X		0,06
9.15	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para assistência à educação?	X		0,06
9.16	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências polivalentes (para a prática de cerimônias e cultos religiosos, peças teatrais, atividades esportivas, etc.)?	X		0,06
9.17	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais femininas dependências para berçário e creche?	X		0,06
9.18	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências para a realização de visita íntima?	X		0,06

Quadro 11 – Itens De Verificação – Questão 10

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA10	Há o provimento de assistências a fim de propiciar condições adequadas à pessoa privada de liberdade?			1,00
10.1	É provida a assistência material necessária ao preso?	X		0,17
10.2	É provida a assistência à saúde ao preso?	X		0,17
10.3	É provida a assistência jurídica ao preso?	X		0,17

10.4	É provida a assistência educacional ao preso?	X		0,17
10.5	É provida a assistência social ao preso?	X		0,17
10.6	É provida a assistência religiosa ao preso?	X		0,17

Quadro 12– Itens De Verificação – Questão 11

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA11	Há ações implementadas para a adequação do fluxo e da alocação de pessoas privadas de liberdade entre o sistema prisional?			0,33
11.1	Há um setor responsável pelo fluxo e alocação de presos, para garantir o atendimento às separações previstas em lei?		X	0,00
11.2	Há um sistema para controle sobre o fluxo e alocação de presos, para garantir o atendimento às separações previstas em lei?	X		0,17
11.3	O Departamento Penitenciário atualmente consegue realizar o fluxo de presos entre as cadeias públicas e penitenciárias conforme as normativas vigentes?		X	0,00
11.4	O Departamento Penitenciário atualmente consegue atender às separações de presos previstas em lei nas cadeias públicas?		X	0,00
11.5	O Departamento Penitenciário atualmente consegue atender às separações de presos previstas em lei nas penitenciárias?		X	0,00
11.6	Há medidas e políticas previstas para implementar melhorias no fluxo e na alocação de pessoas dentro do sistema prisional?	X		0,17

Quadro 13 – Itens De Verificação – Questão 12

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA12	O monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica é realizado de forma efetiva?			0,83
12.1	Há um setor responsável por realizar a monitoração de presos com tornozeleira eletrônica?	X		0,17
12.2	Há equipamentos suficientes e adequados para realizar a monitoração de presos com tornozeleira eletrônica?	X		0,17
12.3	Há abrangência territorial em todo o estado do serviço de monitoração de presos com tornozeleira eletrônica?	X		0,17
12.4	É entregue ao preso monitorado por tornozeleira eletrônica documento no qual constem, de forma clara e expressa, seus direitos e os deveres a que	X		0,17

	estará sujeita, o período de vigilância e os procedimentos a serem observados durante a monitoração?			
12.5	Há a previsão e aplicação tempestiva de medidas caso o preso com tornozeleira eletrônica descumpra os limites estabelecidos em sua monitoração eletrônica?	X		0,17
12.6	O envio de relatório circunstanciado sobre a pessoa monitorada ao juiz competente é realizado de forma tempestiva?		X	0,00

Quadro 14 – Itens De Verificação – Questão 13

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA13	Há ações implementadas de inteligência policial pelas polícias Militar e Civil?			0,90
13.1	Há setor específico na Polícia Militar para realização das atividades de inteligência policial?	X		0,10
13.2	Há servidores na Polícia Militar devidamente capacitados para realização das atividades de inteligência policial?	X		0,10
13.3	A Polícia Militar possui equipamentos adequados para a realização de atividades de inteligência policial?		X	0,00
13.4	As informações geradas pelo setor de inteligência policial são utilizadas para subsidiar as atividades operacionais e estratégicas da Polícia Militar?	X		0,10
13.5	Há setor específico na Polícia Civil para realização das atividades de inteligência policial?	X		0,10
13.6	Há servidores na Polícia Civil devidamente capacitados para realização das atividades de inteligência policial?	X		0,10
13.7	A Polícia Civil possui equipamentos adequados para a realização de atividades de inteligência policial?	X		0,10
13.8	As informações geradas pelo setor de inteligência policial são utilizadas para subsidiar as atividades operacionais e estratégicas da Polícia Civil?	X		0,10
13.9	Há integração e compartilhamento de informações geradas pelos departamentos de inteligência dos órgãos de segurança pública do estado?	X		0,10
13.10	As informações geradas pelos departamentos de inteligência dos órgãos de segurança são utilizadas para subsidiar o planejamento e revisão da política de segurança pública estadual?	X		0,10

Quadro 15 – Itens De Verificação – Questão 14

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA14	As atividades de policiamento ostensivo são planejadas e realizadas adequadamente?			1,00
14.1	Há um setor responsável por planejar as atividades de policiamento ostensivo?	X		0,17
14.2	A distribuição e a priorização das atividades de policiamento ostensivo são embasadas por critérios técnicos?	X		0,17
14.3	Há Procedimentos Operacionais Padrão que regulamentem as atividades e as abordagens durante o policiamento ostensivo?	X		0,17
14.4	Há uma capacitação específica quanto aos procedimentos e abordagens padrões que devem ser adotados nas atividades de policiamento ostensivo?	X		0,17
14.5	Há um controle quanto à adesão pelos policiais militares aos procedimentos e abordagens padrões para a realização do policiamento ostensivo?	X		0,17
14.6	Há a previsão e aplicação de mecanismos para corrigir os desvios encontrados em caso de policiais militares que não estejam observando as abordagens e os procedimentos padrões para o policiamento ostensivo?	X		0,17

Quadro 16 – Itens De Verificação – Questão 15

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA15	As ocorrências ou chamados pelos órgãos executores da segurança pública são atendidos de forma tempestiva?			0,54
15.1	Há um setor na Polícia Militar responsável pelo recebimento de ocorrências?	X		0,08
15.2	A Polícia Militar possui equipamentos e sistemas adequados para registro das ocorrências recebidas?	X		0,08
15.3	As unidades da Polícia Militar conseguem dar atendimento a todas as ocorrências recebidas?		X	0,00
15.4	As unidades da Polícia Militar atendem as ocorrências de forma tempestiva?		x	0,00
15.5	Há um setor na Polícia Civil responsável pelo recebimento de ocorrências?	X		0,08
15.6	A Polícia Civil possui equipamentos e sistemas adequados para registro das ocorrências recebidas?	X		0,08
15.7	As unidades da Polícia Civil conseguem dar atendimento a todas as ocorrências recebidas?		X	0,00

15.8	As unidades da Polícia Civil atendem as ocorrências de forma tempestiva?		x	0,00
15.9	Há um setor na Polícia Científica responsável pelo recebimento de ocorrências?	X		0,08
15.10	A Polícia Científica possui equipamentos e sistemas adequados para registro das ocorrências recebidas?	X		0,08
15.11	As unidades da Polícia Científica conseguem dar atendimento a todas as ocorrências recebidas?		X	0,00
15.12	As unidades da Polícia Científica atendem as ocorrências de forma tempestiva?		X	0,00
15.13	Há uma interação e compartilhamento dos registros de ocorrência entre os órgãos policiais?	X		0,08

Quadro 17 – Itens De Verificação – Questão 16

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA16	Há ações implementadas de verificação preliminar pela Polícia Civil para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial?			1,00
16.1	Há critérios normatizados para realização de uma verificação preliminar para análise quanto à abertura ou não de inquérito policial?	X		0,20
16.2	Há registro informatizado das verificações preliminares de inquérito realizadas, inclusive com as informações referentes aos casos que não resultaram em instauração de inquérito?	X		0,20
16.3	Há responsável designado pela verificação preliminar para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial?	X		0,20
16.4	Há controle quanto ao atendimento aos critérios normativos das verificações preliminares para abertura de inquérito policial?	X		0,20
16.5	A verificação preliminar para análise quanto à abertura de inquérito é realizada em tempo adequado?	X		0,20

Quadro 18 – Itens De Verificação – Questão 17

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA17	Há a adoção e a padronização dos procedimentos investigativos da Polícia Civil?			0,20
17.1	Há Procedimentos Operacionais Padrão que regulamentem as atividades investigativas da Polícia Civil?	X		0,20
17.2	Há uma capacitação específica quanto aos procedimentos padrões que devem ser adotados		X	0,00

	nas atividades investigativas?			
17.3	Há um controle quanto à adesão pelos policiais civis aos procedimentos padrões para investigações policiais?		X	0,00
17.4	Há a previsão e a aplicação de mecanismos para corrigir os desvios encontrados nos casos em que os policiais civis não estejam observando os procedimentos padrões para investigações policiais?		X	0,00
17.5	Os policiais civis realizam apenas as atividades inerentes ao seu cargo (não realizando atividades inerentes de outros órgãos de segurança, como a custódia de presos, etc.)?		X	0,00

Quadro 19 – Itens De Verificação – Questão 18

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA18	Há tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão?			1,00
18.1	Há um setor responsável pelo controle dos mandados de prisão expedidos?	X		0,20
18.2	Há um sistema para controle e acompanhamento dos mandados de prisão expedidos?	X		0,20
18.3	Há uma priorização para seleção dos mandados de prisão a serem cumpridos?	X		0,20
18.4	Os mandados de prisão estão sendo cumpridos em prazo razoável?	X		0,20
18.5	Há medidas previstas para que os mandados de prisão passem a ser executados de forma tempestiva?	X		0,20

Quadro 20 – Itens De Verificação – Questão 19

PERGUNTA		SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
QA19	Os procedimentos para elaboração de laudos periciais são realizados de forma tempestiva e padronizada?			0,67
19.1	Há Procedimentos Operacionais Padrão que delimitem os elementos mínimos para a elaboração de laudos periciais?	X		0,17
19.2	Há uma capacitação específica quanto aos procedimentos padrões que devem ser adotados na elaboração de laudos periciais?	X		0,17
19.3	Há um controle quanto à adesão pelos peritos aos procedimentos padrões para elaboração de laudos periciais?		X	0,00
19.4	Há a previsão e aplicação de mecanismos para	X		0,17

	corrigir os desvios encontrados nos casos em que os peritos não estejam observando os procedimentos padrões para elaboração dos laudos periciais?			
19.5	Existe um sistema que controle os prazos para elaboração dos laudos periciais?	X		0,17
19.6	Os laudos periciais estão sendo elaborados dentro do prazo legalmente previsto?		X	0,00

4 ESTADO DO PARANÁ X DEMAIS ENTES DA FEDERAÇÃO

A constatação de que a Política de Segurança Pública no Estado do Paraná tem espaço para crescimento é ratificada ao verificarmos que em âmbito nacional o Estado está na 5ª posição, conforme relatório elaborado pelo Centro de Liderança Pública, que há vários anos elabora o Ranking de Competitividade dos Estados.

De acordo com o referido documento o Ranking “*é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências*”. Dessa forma, o ranking é composto por 10 (dez) pilares temáticos: infraestrutura, sustentabilidade social, **segurança pública**, educação, solidez fiscal, eficiência da máquina pública, capital humano, sustentabilidade ambiental potencial de mercado e inovação.

Por tratar de questão sensível a direitos e liberdades, além de bem-estar social, o pilar de segurança pública recebeu maior peso (13,5%) dentre os pilares supramencionados.

Nesse sentido, é possível afirmar que de fato, a segurança pública é tema central em uma sociedade. Assim, o Ranking de Competitividade destaca⁸:

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no Ranking de Competitividade dos Estados é justificada por razões de duas ordens:

constitucional: responsabilidade central da esfera estadual na garantia de segurança aos cidadãos; e,

prática: a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices de violência urbana alarmantes e ainda sem sinais de reversão.

⁸ Ranking de Competitividade – Edição 2021. Centro de Liderança Pública.

Portanto, entende-se que o resultado desse relevante trabalho merece citação no contexto da avaliação da Política Pública de Segurança Pública no Estado do Paraná em comparação com os demais entes da Federação.

Destarte, o pilar de segurança pública é composto por 9 indicadores, conforme detalhado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 21 - Indicadores do pilar de segurança pública

INDICADORES	DESCRIÇÃO	FONTE	REFERÊNCIA
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	DEPEN e FBSP	2020
Presos sem condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	DEPEN	2020
Déficit Carcerário	Relação população prisional pelo total de vagas.	DEPEN	2020
Mortes a Esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes	DATASUS e IBGE	2019
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	DATASUS e IBGE	2019
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	DATASUS e IBGE	2020
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais - MVI (corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora) em relação a população total.	FBSP	2020

Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	FBSP	2020
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficial de Mortes Violentas Internacionais.	FBSP	2020

Fonte: Ranking de Competitividade – Edição 2021.

Não obstante o Paraná ter evoluído 3 posições, no pilar segurança pública, em relação a avaliação anterior, percebe-se que há espaço para melhoria em diversos indicadores conforme detalhado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 22 - Posição do PR no Ranking de Competitividade

INDICADOR	POSIÇÃO NO RANKING	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A 2020
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	10º	1 ↓
Presos sem Condenação	1º	11 ↑
Déficit Carcerário	25º	20 ↓
Mortes a Esclarecer	16º	0 =
Mortalidade no Trânsito	22º	1 ↓
Morbidade no Trânsito	15º	4 ↓
Segurança Pessoal	8º	3 ↓
Segurança Patrimonial	8º	11 ↑
Qualidade da Informação de Criminalidade	6º	15 ↑

Fonte: Adaptado do Ranking de Competitividade – Edição 2021.

Podemos observar melhora nos indicadores de presos sem condenação, segurança patrimonial e qualidade da informação, no entanto, indicadores sensíveis como déficit carcerário e segurança pessoal apresentaram piora em relação a 2020.

Portanto, os resultados encontrados na avaliação da política pública de segurança estão em consonância com os apresentados pelo *Ranking de Competitividade* na medida em que evidencia pontos positivos, mas também fragilidades em temas sensíveis relacionados à segurança no Estado.

5 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

Além das avaliações realizadas por essa comissão, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, por meio das suas unidades, desenvolveu atividades fiscalizatórias relevantes, que merecem destaque na área de Segurança Pública.

A 5ª Inspeção de Controle Interno – 5ICE realizou, durante o exercício de 2021, ações de fiscalização as quais destacam-se os apontamentos na Prestação de Contas Anual do referido exercício, descritos no quadro a seguir, que já tiveram o devido encaminhamento, quer seja como orientação técnica, recomendação ou tomada de contas extraordinária. Ressalta-se, pois, que a manifestação do Gestor já ocorreu no curso das referidas fiscalizações.

Quadro 23 - Achados de Fiscalização 2021

FISCALIZAÇÃO (Nº)	DESCRIÇÃO	ENCAMINHAMENTO	PROTOCOLO	ACORDÃO
013/2021	Ausência de estabelecimento de modelo adequado de governança organizacional.	Homologação de Recomendações	28282/22	323/2022 - STP
	Ausência de implementação de modelo adequado de gestão de riscos.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de estabelecimento de estratégia adequada.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de promoção e implementação adequada da gestão estratégica.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de monitoramento adequado do alcance dos resultados organizacionais.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de monitoramento adequado do desempenho das funções de gestão.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de promoção adequada da transparência organizacional e da implementação adequada de mecanismos de <i>accountability</i> .	Homologação de Recomendações		
	Ausência de mecanismos adequados de avaliação periódica da satisfação dos usuários dos serviços prestados.	Homologação de Recomendações		
015/2021	Concessão de Função Privativa de Policial – FPP em quantidade superior ao previsto na legislação.	Homologação de Recomendações	13811/22	321/2022 STP
	Pagamento de Função de Gestão Pública - FG efetuado de forma cumulativa com outras vantagens de mesma natureza.	Homologação de Recomendações		
	Pagamento de vantagens adicionais ao subsídio dos policiais civis não permitidas pela legislação.	Homologação de Recomendações		
	Pagamento de vantagens adicionais ao subsídio dos policiais militares não permitidas pela legislação.	Homologação de Recomendações		
	Pagamento incorreto de verbas proporcionais geradas devido ao	Homologação de Recomendações		

	desligamento do servidor.			
	Somatório de vantagens pagas a servidores, a título de 1/3 de férias, acima do teto constitucional quando da acumulação de remuneração.	Homologação de Recomendações		
	Pagamento de adicional de risco de vida efetuado de forma cumulativa com outra vantagem de natureza assemelhada.	Homologação de Recomendações		
016/2021	Existência de contas contábeis com saldos invertidos no balancete de 06/2021.	Homologação de Recomendações	86622/22	577/22 - STP
	Falha de integridade entre as contas contábeis no balancete de 06/2021 (Equação Passivo Financeiro).	Homologação de Recomendações		
	Falha de integridade entre as contas contábeis no balancete de 06/2021 (Equação DDR).	Homologação de Recomendações		
	Divergência entre as informações contábeis dos bens móveis entre os sistemas gerencial patrimonial (GPM) e de contabilidade (Siaf).	Homologação de Recomendações		
	Contabilização em caixa e equivalentes de saldos em contas bancárias não geridas pelo próprio órgão.	Homologação de Recomendações		
	Divergência entre o saldo da conta bancária e o saldo contabilizado na respectiva conta contábil.	Homologação de Recomendações		
017/2021	Ausência de avaliação formal da estrutura de recursos humanos da área de contratações.	Homologação de Recomendações	144959/22	894/2022 - STP
	Ausência de política de capacitação anual dos servidores que integram a área de contratações.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de objetivos para o desempenho da gestão das contratações e mecanismos de controle de tais objetivos.	Homologação de Recomendações		
	Deficiências na liderança organizacional em aprovar plano de trabalho contemplando avaliação de controles internos na área de contratações e avaliar os seus resultados.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de Plano de Contratações Anual.	Homologação de Recomendações		
	Ausência de gestão de riscos nas contratações.	Homologação de Recomendações		
	Deficiência na transparência dos processos de contratações públicas.	Homologação de Recomendações		

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2021 – Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP.



210.95

149.16

23.26

1.41%

12

27.50%

Aug

Sep